



Terra e Água Escolher sementes, invocar a Deusa

ESTUDOS EM HOMENAGEM
A VICTOR S. GONÇALVES

Ana Catarina Sousa · António Carvalho · Catarina Viegas (eds.)

estudos & memórias

Série de publicações da UNIARQ
(Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa)
Workgroup on Ancient Peasant Societies (WAPS)
Direcção e orientação gráfica: Victor S. Gonçalves

9.
SOUSA, A. C.; CARVALHO, A.; VIEGAS, C., eds. (2016) – *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. estudos & memórias 9. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 624 p.

Capa: desenho geral e fotos de Victor S. Gonçalves.
Face: representação sobre cerâmica da Deusa com Olhos de Sol, reunindo, o que é muito raro, todos os atributos da face – sobancelhas, Olhos de Sol, nariz com representação das narinas, «tatuagens» faciais, boca e queixo. Sala n.º 1, Pedrógão do Alentejo, meados do 3.º milénio. Altura real: 66,81 mm.
Verso: Cegonhas, no Pinhal da Poupa, perto da entrada para o Barrocal das Freiras, Montemor-o-Novo (para além de várias metáforas, uma pequena homenagem a Tim Burton...).

Paginação e Artes finais: TVM designers
Impressão: AGIR, Produções Gráficas
300 exemplares + 100 com capa dura, numerados.

Brochado: ISBN: 978-989-99146-2-9 / Depósito Legal: 409 414/16
Capa dura: ISBN: 978-989-99146-3-6 / Depósito Legal: 409 415/16

Copyright ©, 2016, os autores.
Toda e qualquer reprodução de texto e imagem é interdita, sem a expressa autorização do(s) autor(es), nos termos da lei vigente, nomeadamente o DL 63/85, de 14 de Março, com as alterações subsequentes. Em powerpoints de carácter científico (e não comercial) a reprodução de imagens ou texto é permitida, com a condição de a origem e autoria do texto ou imagem ser expressamente indicada no diapositivo onde é feita a reprodução.

Lisboa, 2016.

O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

Volumes anteriores de esta série:

LEISNER, G. e LEISNER, V. (1985) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Estudos e Memórias, 1. Lisboa: Uniarch/INIC. 321 p.

GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada*. 2 Volumes. Estudos e Memórias, 2. Lisboa: CAH/Uniarch/ INIC. 566+333 p.

VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Estudos e Memórias 3. Lisboa: UNIARQ. 670 p.

QUARESMA, J. C. (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Estudos e Memórias 4. Lisboa: UNIARQ. 488 p.

ARRUDA, A. M., ed. (2013) – *Fenícios e púnicos, por terra e mar*, 1. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, Estudos e memórias 5. Lisboa: UNIARQ. 506 p.

ARRUDA, A. M. ed., (2014) – *Fenícios e púnicos, por terra e mar*, 2. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, Estudos e memórias 6. Lisboa: UNIARQ. 698 p.

SOUSA, E. (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do estuário do Tejo*. Estudos e memórias 7. Lisboa: UNIARQ. 449 p.

GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M.; SOUSA, A. C., eds. (2015) – *5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Actas. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 661 p.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	11
ANA CATARINA SOUSA ANTÓNIO CARVALHO CATARINA VIEGAS	
VICTOR S. GONÇALVES E A FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA	15
PAULO FARMHOUSE ALBERTO	
TEXTOS EM HOMENAGEM	
Da Serra da Neve a Ponta Negra em busca do Munhino I	21
ANA PAULA TAVARES	
Reconstruir a paisagem	27
ANTÓNIO ALFARROBA	
O «ciclo de Cascais». Victor S. Gonçalves e a arqueologia cascalense	33
ANTÓNIO CARVALHO	
Os altares dos «primeiros povoadores da Lusitânia»: visões do Megalitismo ocidental	45
CARLOS FABIÃO	

Báculos e placas de xisto: os primórdios da sua investigação JOÃO LUÍS CARDOSO	69
Optimismo, pessimismo e «mínimo vital» em arqueologia pré-histórica, seguido de foco em terras de (Mon)Xaraz LUÍS RAPOSO	81
O Neolítico Antigo de Vale da Mata (Cambelas, Torres Vedras) JOÃO ZILHÃO	97
No caminho das pedras: o povoado «megalítico» das Murteiras (Évora) MANUEL CALADO	113
As placas votivas da «Anta Grande» da Ordem (Maranhão, Avis): um marco na historiografia do estudo das placas de xisto gravadas do Sudoeste peninsular MARCO ANTÓNIO ANDRADE	125
O Menir do Patalou – Nisa. Entre contextos e cronologias JORGE DE OLIVEIRA	149
Percorrendo antigos [e recentes] trilhos do Megalitismo Alentejano LEONOR ROCHA	167
Os produtos ideológicos «oculados» do Terceiro milénio a.n.e de Alcalar (Algarve, Portugal) ELENA MORÁN	179
Gestos do simbólico II – Recipientes fragmentados em conexão nos povoados do 4.º/ 3.º milénios a.n.e. de São Pedro (Redondo) RUI MATALOTO · CATARINA COSTEIRA	189
Megalitismo e Metalurgia. Os <i>Tholoi</i> do Centro e Sul de Portugal ANA CATARINA SOUSA	209
A comunicação sobre o 3.º Milénio a.n.e. nos museus do Algarve RUI PARREIRA	243
Informação intelectual – Informação genética – Sobre questões da tipologia e o método tipológico MICHAEL KUNST	257
Perscrutando espólios antigos: o espólio antropológico do <i>tholos</i> de Aqualva RUI BOAVENTURA · ANA MARIA SILVA · MARIA TERESA FERREIRA	293
El Campaniforme Tardío en el Valle del Guadalquivir: una interpretación sin cerrar J. C. MARTÍN DE LA CRUZ · J. M. GARRIDO ANGUITA	309

Innovación y tradición en la Prehistoria Reciente del Sudeste de la Península Ibérica y la Alta Andalucía (c. 5500-2000 Cal a.C.)	317
FERNANDO MOLINA GONZÁLEZ · JUAN ANTONIO CÁMARA SERANO JOSÉ ANDRÉS AFONSO MARRERO · LILIANA SPANEDDA	
A Evolução da Metalurgia durante a Pré-História no Sudoeste Português	341
ANTÓNIO M. MONGE SOARES · PEDRO VALÉRIO	
Bronze Médio do Sudoeste. Indicadores de Complexidade Social	359
JOAQUINA SOARES · CARLOS TAVARES DA SILVA	
Algumas considerações sobre a ocupação do final da Idade do Bronze na Península de Lisboa	387
ELISA DE SOUSA	
À vol d'oiseau. Pássaros, passarinhos e passarocos na Idade do Ferro do Sul de Portugal	403
ANA MARGARIDA ARRUDA	
Entre Lusitanos e Vetões. Algumas questões histórico-epigráficas em torno de um território de fronteira	425
AMILCAR GUERRA	
O sítio romano da Comenda: novos dados da campanha de 1977	439
CATARINA VIEGAS	
A Torre de Hércules e as emissões monetárias de D. Fernando I de Portugal na Corunha	467
RUI M. S. CENTENO	
Paletas Egípcias Pré-Dinásticas em Portugal	481
LUÍS MANUEL DE ARAÚJO	
À MANEIRA DE UM CURRICULUM VITAE, SEGUIDO POR UM ENSAIO DE FOTOBIOGRAFIA	489
Victor S. Gonçalves (1946-). À maneira de um <i>curriculum vitæ</i>	491
Legendas e curtos textos a propósito das imagens do Album	549
Fotobiografia	558
LIVRO DE CUMPRIMENTOS	619
ÚLTIMA PÁGINA	623

OS ALTARES DOS «PRIMEIROS POVOADORES DA LUSITÂNIA»: VISÕES DO MEGALITISMO OCIDENTAL

CARLOS FABIÃO¹

«Ninguém vera cinco, ou seis pedras grandes levantadas, e sobre ellas huma grande mesa de pedra, que duvide ser edificio artificial, e não producção da natureza [...] bem se póde affirmar que são as Antas o mais antigo monumento artificial, que há em Hespanha, e tal vez no Mundo todo, porque não se mostrará edificio, a que se possa attribuir igual antiguidade»

(Pina, 1733, p. 3 e 19)

«Anta: Marco ou marcos grandes levantados ao alto, penedias, terras ou sítios que ficavam na dianteira, à face, e como à frente de algum castelo ou povoação distinta.»

(Viterbo, [1798] 1962, p. 499)

RESUMO

Apresenta-se uma reflexão historiográfica sobre as visões que o megalitismo foi conhecendo na produção literária portuguesa. Como durante séculos as leituras oscilaram entre a tradicional interpretação como altares gentílicos e uma «cristianização» dos mesmos, da autoria de Académico Martinho de Mendonça e Pina (1733). Com a emergência do novo paradigma laico para a origem e evolução do homem, consolida-se a ideia do carácter funerário destes monumentos e a sua atribuição aos tempos pré-históricos, sem todavia se abandonar totalmente a filiação pagã/céltica. Na primeira metade do século xx, em época de evidente refluxo da investigação arqueológica em Portugal, encontramos uma curiosa reacção de um escritor, Aquilino Ribeiro (1953), contra o carácter funerário/cultural destes monumentos, um derradeiro afloramento da contestação à religiosidade pré-histórica, por parte do pensamento ateu de matriz francófona. No essencial, partindo das leituras sobre o fenómeno megalítico ao longo do tempo, pretende mostrar-se como toda a reflexão histórica-arqueológica se constrói a partir de distintos paradigmas e como estes condicionam os discursos sobre o passado.

ABSTRACT

The paper presents a historiographic reflexion on the perspectives on Megaliths in Portuguese literary production. From many centuries those monuments' interpretation balances between the typical gentile interpretation and a Christianisation due to the academic Martinho de Mendonça e Pina (1733). With the emergence of the new laic paradigm on evolution, emerges the idea of a Prehistoric funeral function for those monuments even without a definitive abandonment of the pagan gentile affiliation.

1 UNIAHQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal.
cfabiao@campus.ul.pt

On the first half of twentieth century in times of clear decline on Portuguese archaeological investigation we find a curious reaction from a well-known writther Aquilino Ribeiro (1953) against the funerary/sacred megaliths interpretation, one last uprising against the Pre-historic religion from an atheist with strong cultural connections to that French perspective. From the different historiographic points of view we intend to demonstrate how different paradigms lead to different interpretations and how these interpretations mark different discourses on the Past.

1. NO PRINCÍPIO

Os dois pequenos extractos da conferência do Académico Martinho de Mendonça e Pina, lida na Real Academia da Historia Portuguesa em 1733, e o esclarecimento do significado do vocábulo *anta*, saído da pena de Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, no seu *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram...*, condensam o essencial das tradicionais relações de populares e eruditos com os monumentos megalíticos: a notoriedade que estas estruturas apresentam nas paisagens e o seu evidente carácter artificial. É justamente a dimensão de notoriedade, explicada por Viterbo, que elucida a segunda acepção – não deixa de ser curioso notar que esta mesma obra apresenta significado diverso para a palavra no plural (*antas*), mas a seu tempo se comentará esta outra interpretação.

Como não poderia deixar de ser, nasce destas observações, obra artificial e marcador da paisagem, a necessidade de explicar e datar estes monumentos arcaicos. Por isso, em todos os locais onde o fenómeno megalítico se verifica, encontramos narrativas sobre a sua funcionalidade e edificadores, que não variam substancialmente. É difícil reconstituir a génese destas explicações, que à falta de melhor argumento se atribuem simplesmente às «tradições populares», ainda que se não exclua «retoque» erudito a tais «tradições», sendo mais fácil seguir a sua consolidação e disseminação.

Registe-se, de momento, a dimensão funcional que valorizou Viterbo.

Na obra hoje clássica de Alberto Sampaio sobre o povoamento no norte de Portugal, encontramos claramente enunciada e devidamente sublinhada a função de marco de delimitação de propriedade atribuída aos monumentos megalíticos, em documentos alti-medievais da região. Embora Sampaio preferisse atribuir a obras de época romana referências tão sugestivas como *terminos fixos*, *arcas*, *petras fictas* ou *archa petrinae ab antiquis constructa*, não hesita em reconhecer que deveriam ser pré-históricos esses outros marcos descritos como *mamolas*, *mamolas antiquas* e, penso que poderia acrescentar-se essa outra sugestiva menção a *terra tumeda, qui fuit manum facta* – extensa exposição com discussão do tema em Sampaio ([1923] 1979, p. 37-56), para uma contestação a estas interpretações, em defesa da atribuição generalizada destes marcos a épocas pré-históricas (Ribeiro [1953] 2012, p. 11-12).

Pedro de Azevedo apresenta idêntico uso das antas como marcos de delimitação, por exemplo, nas confrontações entre os termos de Lisboa, Sintra e Torres Vedras, documentadas em 1610, em diploma que esclarece o tema, a pedido do Reitor do Colégio de S. Antão (Azevedo, 1905). Como o autor bem sublinha, na descrição não há lugar a dúvidas sobre o que seriam umas antas identificadas como marcos: «*as pedras das Antas que estão em uma terra lauradia de Dominguos Ribeiro laurador defronte do luguar do Jormello honde estão cinco pedras grandes em Redondo que fazem huũ morouço*» e «*outras pedras das antas que estão mais acima do dito casal contra o leuante honde estão sete pedras grandes em Redondo e hũa deitada no chão antre ellas*» (*Idem*, p. 163-164). A produção de morouços,

resultante da despedrega de terrenos agrícolas, junto ou sobre os monumentos megalíticos resulta da evidente dificuldade em removê-los do terreno, antes da mecanização da agricultura.

O uso das estruturas megalíticas como marcos constitui um aspecto interessante, de cariz funcional, compreensível pela notoriedade que assumiam na paisagem, mas também pela evidente dificuldade que envolveria a sua remoção – refira-se que esta específica funcionalidade se encontra também em outras paragens europeias (Schnapp, 1993, p. 335), certamente pelas mesmas razões; mas nada nos diz sobre as interpretações então dadas às suas origens ou sobre eventuais propostas de identificação dos seus construtores.

Como tantas vezes se escreveu, parece dever-se a Fr. Martinho de S. Paulo a primeira referência e respectiva interpretação cronológica e funcional dos monumentos megalíticos. Em carta manuscrita, datada de 1571, que se conservaria no *scriptorium* dos monges da Serra d'Ossa e que conhecemos pela transcrição que dela fez em extensa nota de rodapé Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, no Tomo Primeiro de *Thebaida Portuguesa* (Damásio, 1793, p. 1-6). Atribuiu Martinho aos exércitos de Viriato os notórios vestígios de fortificações que se divisavam no monte de S. Gens, na dita serra: «*que são tão grandes e capazes que dentro deles se podia alojar hum exercito de mais de 40.000 homens com toda a sua bagagem; correm da mesma Torre de S. Gens até defronte da Cerca de Val da Infante [sic], e até Castello Velho, tomando de huma e outra parte a Serra, aonde Viriatho esperou ao exercito Romano, e dahi desceo a dar lhe batalha; como se manifesta também das muitas Antas, que estão ainda em nossos tempos ao redor*» (*Apud* Damásio, 1793, p. 3). Para o erudito (e observador) frade: «*estas Antas he certo que erão as Aras ou Altares, em que os Vencedores, passada a batalha, ofereciam Sacrificios aos seus Deoses em gratificação da vitoria alcançada, ou antes para os terem propícios para a guerra.*» (*Id.*, p. 3-4). Em suma, as antas seriam os altares pagãos onde estes sacrificavam aos seus deuses, uma explicação que não anda longe das interpretações dos altares célticos ou druídicos que, por esses tempos e em épocas subsequentes, se atribuíam a estruturas análogas em outras paragens europeias.

Esta referência só foi devidamente valorizada muito mais tarde, quando se insinuavam já outras leituras para estas construções, não podendo por isso atribuir-se ao frade a responsabilidade na disseminação da interpretação avançada para as antas. Neste particular, notável é a referência constante das narrativas de viagens de Manuel Severim de Faria, Chantre e Cónego da Sé de Évora (1584-1665) que, conhecedor dos manuscritos conservados na Serra d'Ossa, por se ter ocupado também das origens da congregação religiosa ali sediada, poderia ter conhecido o texto de Martinho de S. Paulo e dele ter feito uso, quando se ocupou de antas que observou e descreveu em paragens mais setentrionais. De viagem por terras da Beira Alta, de Sernancelhe para Ranhados, a 24 de Novembro de 1609, regista o eclesiástico: «*Das Sarzedas ás Antas há húa legoa. Esta aldeã teve o nome segundo parese de muitas antas que por esta terra há, as quaes antas constão de tres pedras duas dellas que servem como pes, e a outra em sima como meza, em que dizem antigamente se fazião os // sacrificios gentílicos e desta forma uemos muitas em outras partes deste Reyno principalmente na Estremadura, em território de Euora. Parese que lhe derivou o nome de Antrium*» (Serrão, 1974, p. 109-110).

Embora frequentemente mencionado como a mais antiga referência a megálitos na literatura portuguesa, o que não corresponde à verdade, como se viu, a notícia de Faria é interessante a dois níveis. Em primeiro lugar, pela referência em si, mas também pela interpretação avançada: *altar de sacrificios gentílicos*, na esteira de Martinho de S. Paulo, embora sem o mencionar. Por de todo desconhecermos anteriores interpretações, só podemos concluir que a atribuição destas monumentais construções aos tempos do paganismo resultaria de uma qualquer tradição difusa – *dizem*, escreveu Faria – apontando nessa direcção. Devemos contudo sublinhar que tais explicações não têm necessariamente de dever-se às populações rurais, parecendo mais credível que se tratasse de

leitura erudita, atribuível aos meios eclesiásticos que, compreensivelmente, não poderiam integrar os monumentos em outros contextos históricos conhecidos, pelo seu carácter rude e absoluta desconformidade com os cânones arquitectónicos conhecidos. Uma vez mais, refira-se que, pela Europa fora, em outros lugares onde existiam monumentos megalíticos, encontramos interpretações análogas, habitualmente remetendo para uma difusa antiguidade pagã (Trigger: 1989; Schnapp, 1993, Bahn, 1996).

Há todavia uma outra notícia merecedora de reparo nos relatos de viagens do Chantre da Sé de Évora, que usualmente não é mencionada. Na terceira viagem de que deixou memória, de 1625, Severim de Faria passou à aldeia de Pavia onde visitou a célebre anta-capela, ermida de S. Dinis, deixando este relato: «*Está situada esta povoação em o simo de um pequeno outeiro he de baxos edificios, e quasi todas as casas são térreas, o Senhorio della // [fol. 258 vº] tem o Conde de Redondo (...) Quasi no meio deste logar se vê hoie húa Lapa feita por natureza e aperfeiçoada por arte, que he Hermida de Sam Denis (...) a capela mostra grande antiguidade e tem o Santo pintado na parede ao modo antigo*» (Serrão, 1974, p. 144-145). Registe-se: se a anta isolada no campo se tornava imediatamente perceptível como monumental realização humana, o mesmo já não sucedia quando se encontrava dissimulada no interior de uma aldeia, o que demonstra quão alheado e distante se encontrava o Chantre de um cabal entendimento destas construções. A grande anta transformada em capela é tida simplesmente como *lapa feita por natureza e aperfeiçoada por arte*.

Os relatos de viagens de Severim de Faria permaneceram inéditos, sendo somente objecto de publicação recente, ainda que não tenham escapado ao escrutínio dos mais diversos eruditos, como Martinho de Mendonça e Pina ou Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1897, p. 4-5) e Aquilino Ribeiro (Ribeiro, [1953] 2012, p. 13-14), que para além da sólida erudição, conheciam bem aquelas terras por onde andou o eclesiástico. Curioso é verificar que existia esta ideia da anta como altar gentílico, difícil de rastrear em obra publicada em Portugal, mas claramente «pairando» nos meios rurais, repito, não necessariamente populares, uma vez que não conhecemos o informador de Faria.

Deixo de lado a conhecida acção de escavação e recuperação de relíquias no monumento do cabo de Sines, transmitida por Lis Velho, uma vez que não há qualquer referência à natureza da construção, simplesmente sinalizada como o túmulo de S. Torpes. Pelos materiais exumados e guardados para veneração como relíquias do santo mártir, com tais desvelos que Vasconcelos os veio a encontrar na Igreja local mais de um século depois (Vasconcelos, 1897, p. 21 e ss.), podemos perceber que se trataria de monumento megalítico, mas dele não restaram nem vestígios nem relatos e o local foi simplesmente identificado como o túmulo do santo.

2. O MEGALITISMO NA ACADEMIA DA HISTÓRIA PORTUGUEZA: MARTINHO DE MENDONÇA E PINA

O megalitismo sai do quadro das meras referências esparsas de eruditos e curiosos para ganhar a esfera académica quando Martinho de Mendonça e Pina introduz o tema, em conferência lida em 1733, perante os membros da *Real Academia da Historia Portuguesa*. A notável conferência, posteriormente publicada (Pina, 1733), merece especial atenção, porque permaneceu longamente como a referência portuguesa sobre estes monumentos.

O ponto de partida é justamente aquele que chamei a epígrafe deste texto: «*Ninguém vera cinco, ou seis pedras grandes levantadas, e sobre ellas huma grande mesa de pedra, que duvide ser edificio artificial, e não producção da natureza*» (Pina, 1733, p. 3); ou seja, a verificação do cariz artificial destas construções suscitava a dúvida sobre quem as edificou, quando e com que finalidade. Mendonça e Pina debatia-se com a total ausência de referências fidedignas que o auxiliem a interpre-

tar os monumentos que apresentou e reconheceu retoricamente a sua incapacidade – «*A imperfeição, e falta de notícias, e livros necessários, com que escrevemos esta Conta, nos obriga a pedir, que senão imprima, e somente se peção notícias, e descriçõens de todas as Antas, que houver em Portugal, e dos sítios, em que se achão, para que outro Académico, mais erudito, possa tratar esta matéria com mais exacção.*» (Id., p. 22) –, embora não deixe de se lançar em «*conjecturas*» e tenha mesmo acabado por dar à estampa a sua Conferência.

Parte das informações de Severim de Faria e acrescenta os monumentos que terá observado pessoalmente: Guilhafonso (Guarda), Matança, Carrapichana (Celorico) e outro junto da vila de Nisa, na província do Alentejo. Volta a recorrer ao testemunho do Chantre para escrever: «*os pastores e rústicos circunvizinhos affirmão [segundo Severim de Faria] que erão Altares, em que se queimavam algum dia as primícias, noticia que conservam por tradição*» (Id., p. 2), logo, «*por servirem, segundo a tradição, e as nossas conjecturas, a uso Sacro, não ficão fóra do objecto de quem escreve parte da Historia Sagrada de Portugal.*» (Id., p. 1). A função de altar parece inquestionável e outras funcionalidades foram simplesmente enumeradas, para logo as poder descartar: «*Nem também tem aparências de sepulturas, pois se o fossem, não seria necessário buscar pedras lisas, e direitas para se cobrirem, e bastaria, que se usasse de convexas em fóрма de tumba; mas para as Antas vemos que buscarão figura mais própria para se executarem holocaustos*» (Id., p. 4). Em suma: altares e não túmulos; e, embora citando Faria, apresenta uma interpretação de fundo não necessariamente pagão.

Verifica que não se registam sinais de utilização de instrumentos metálicos no desbaste dos monólitos que compõem as antas, pelo que se interroga retoricamente sobre a capacidade para realizar tão complexo empreendimento com tecnologias primitivas, para logo fornecer a resposta, pelo recurso às observações realizadas pelos europeus nos novos mundos: «*e supposto cause embaraço discorrer o modo por que em tempos tão bárbaros, como indica a figura tosca, e de nenhuma sorte lavrada, se podião levantar tão pesadas pedras, com tudo os edificios do Peru, que descreve Gracilaso [Inca Gracilaso de La Vega, o cronista peruano que transmitiu à Europa as mais extensas notícias sobre o mundo dos Incas], feitos por nação, que ignorava o uso do ferro, e de todas as machinas, dá sahida a este reparo, com exemplos do que póde executar a multidão de homens ainda faltos de industria*» (Id., p. 3), em clara demonstração de que a Arqueologia pré-histórica foi sempre Etnoarqueologia, na medida em que necessitou constantemente de encontrar em paralelos etnográficos a confirmação das suas observações e conjecturas (Trigger, 1989).

Afirma o seu carácter genuinamente português, porque: «*em Italia, França, Germania, Hungria e Castella, nunca vimos semelhantes Altares, ou Antas*» (Pina, 1733, p. 2), ainda que admita, «*que Spelmano faz menção de hum de pedras toscas nas planícies de Salisbury, que reputa consagrado a Ert, que era o Vesta dos Saxonios; e como não traz estampada a figura, não podemos fazer juízo se he semelhante às nossas Antas, ainda que as palavras, com que se explica, mais parece, que indicão semelhança de Templo, que de Altar*» (Id. p. 2-3). O apontamento constitui eloquente exemplo da falta de informação então existente e da insuperável limitação decorrente da falta de imagens (esboços, desenhos ou gravuras) que possibilitassem um reconhecimento de monumentos similares em outras paragens. Por outro lado, esta ausência de paralelos conhecidos constitui um argumento forte para as conclusões que extrai da presença dos «*rudes altares*» em paragens tão ocidentais.

Lança-se depois o autor em aturado e sistemático exercício dialéctico para demonstrar a impossibilidade de atribuir tais realizações aos conhecidos povoadores históricos do extremo ocidente peninsular: não são as antas monumentos muçulmanos; também não seriam de alanos, godos e suevos; não seriam obra de romanos; nem de gregos; tampouco de fenícios; «*as Antas tiveram seu principio na mais remota antiguidade, e primeiros Povoadores da Lusitania antiga, que ainda viviam dispersos pelos montes*» (Id., p. 14). Concluindo que a sua construção deveria datar de épocas mais remotas, socorre-se da Bíblia para encontrar a justificação da sua existência: «*Suppondo*

pois, que os primeiros netos de Noé, entre os quais se dividiu o Mundo, continuarão o culto do verdadeiro Deus, e lhe dedicarão Altares (como depois Abraham, e os Israelitas, pelo preceito ceremonial do referido capítulo do Êxodo) de pedras toscas, e isentas da violência do ferro; e que o Altar infinitae magnitudinis, que as duas Tribus e meyo levantarão junto ao Jordão, em a fôrma, e grandeza semelhante a nossas Antas, era um monumento que clamava aos vindouros: El Elohim Jehova, ou em vulgar, Deus verdadeiro, he o Deus dos Deoses; não serão temerárias conjecturas, as que nos inclinão a crer, que as nossas Antas forão dedicadas, pelos primeiros povoadores da Lusitânia, ao verdadeiro Deus, que adorou Israel, e venerão os Christãos» (Id., p. 17). Trata-se, pois, da grande explicação / interpretação: altares dos primeiros povoadores da Lusitânia consagrados ao verdadeiro Deus que venerão os Christãos.

O exercício prossegue, com algumas considerações eruditas, para alcançar uma conclusão muito apropriada para quem buscava (e desejava encontrar) as profundas raízes do cristianíssimo reino de Portugal e se dedicava à sua História Eclesiástica, justificando assim a sobrevivência destas veneráveis práticas no longínquo ocidente peninsular: «No lamentável progresso, que a Idolatria de inumeráveis figuras de falsas Divindades, adoradas pelos netos de Cham, fez desde o Egipto, reparão doutíssimos Escriptores, que os Persas, os Schytas, e os Celtas, conservarão nos antigos tempos menos deformadas as idéas da Divindade, que receberão por tradição dos Patriarchas; e reconhecendo que a sua natureza era incorpórea, e espiritual, não adorarão Estatuas, nem Ídolos, nem lhe dedicarão Templos; e pela sua barbaridade, e pouca comunicação com os estrangeiros, conservarão, com menos corrupção, algumas luzes da religião natural (...) e quem considerar o profundo silencio, que entre os Gregos mais antigos há da parte interior e mais Occidental de Hespanha, a grande distancia, e as difficuldades da navegação no Oceano, conhecerá, que na Lusitânia se podia por muitos séculos conservar a tradição da primeira, ainda que já deformada religião.» (Id., p. 18). Como já em outros lugares comentei (Fabião, 1989, p. 18-19), é extraordinário este elogio às virtudes do isolamento e daquilo a que hoje chamaríamos condição ultraperiférica, perfeitamente conforme a uma perspectiva conservadora do mundo: quanto menos cosmopolita, mais ligado às antigas e genuínas tradições.

A natural e relevante conclusão foi: «Conforme estas conjecturas, bem se póde afirmar que são as Antas o mais antigo monumento artificial, que há em Hespanha, e tal vez no Mundo todo, porque não se mostrará edificio, a que se possa attribuir igual antiguidade. Dissemos monumento artificial, porque as conchas petrificadas, que se achão em alguns montes, e se vem a cada passo nas vizinhanças de Lisboa, são monumentos, que a natureza deixou da universal inumdação, e medalhas antigas do Dilúvio» (Pina, 1733, p. 19). Através das suas conjecturas, Pina demonstrou que tudo se encontrava em perfeita conformidade com a doutrina da Igreja: fósseis comprovando o Dilúvio e antas consagradas ao verdadeiro Deus, erguidas pelos primeiros povoadores da Hispania, depois da universal catástrofe, compõem a paisagem em rigorosa conformidade com o texto bíblico. Usando as suas fontes a preceito e construindo as suas conjecturas em irrepreensível exercício dialéctico, demonstra como as paisagens conservam os traços da mundividência bíblica e, acaso fora necessário, comprovavam a veracidade da sua narrativa.

A sua interpretação de que estes sepulcros pré-históricos constituíam altares para venerar o verdadeiro Deus e não aras de pagãos acabou por conferir uma solene dignidade aos rudes monumentos que pontuavam as paisagens rurais portuguesas, atribuindo-lhes um significado no âmbito da doutrina cristã. O Académico termina a sua intervenção propondo que se realizasse um inquérito para apurar quantos eram e onde se encontravam as antas de Portugal, inventariar para melhor conhecer, estudar e proteger, diríamos hoje: «se peção noticias, e descripçoens de todas as Antas, que houver em Portugal, e dos sítios, em que se achão, para que outro Académico, mais erudito, possa tratar esta matéria com mais exactão.» (Id., p. 22). Sabemos que algo terá sido feito nesse sentido, por-

que, no ano seguinte, em 1734, o relato das sessões da Academia regista uma intervenção de Afonso da Madre de Deus Guerreiro, também um eclesiástico (como o eram, aliás, a maior parte dos académicos), que ali teria depositado um documento onde se listavam 315 antas. Infelizmente, da intervenção só temos a notícia e da lista a menção da sua existência (Silva, 1734, p. 5). Tudo leva a crer que terá sido irremediavelmente consumida na destruição dos documentos da Instituição, na sequência do terramoto de 1755. Émile Cartailhac não deixou de sublinhar a relevância da perdida lista, por se tratar do primeiro inventário de monumentos pré-históricos realizado na Europa (Cartailhac, 1886, p. 149).

Somente por curiosidade, registre-se que os venerandos altares não se encontravam abrangidos pela protecção preconizada pelo *Alvará* de 1721, que constituiu a primeira legislação genérica de protecção do Património Construído no nosso país, mas esse detalhe não parece ter preocupado os académicos. De facto, no *Alvará* define-se como objecto de protecção «*qualquer edificio, que mostre ser daquelles tempos [dos púnicos, romanos, godos, e arabios] ainda que em parte esteja arruinado*» (Almeida, 1965, p. 104; Fabião, 1989, p. 16-18). Ou seja, não parece que os rudes altares dos primeiros povoadores possam «*servir para ilustrar e testificar a verdade da mesma História [portuguesa]*», a justificação apontada para a protecção genérica dos monumentos do passado. O aparente lapso passou também sem correcção na lei de 1802, que basicamente reitera o conteúdo (e em muitos aspectos a própria forma) do *Alvará* de 1721, transferindo para *Real Biblioteca de Lisboa* e para o seu Bibliotecário Maior as competências e responsabilidades anteriormente atribuídas ao Secretario da *Real Academia da Historia*, que então já não existia (Silva, 1826, p. 44-45). A reabilitação dos megálitos para o campo dos monumentos nacionais só se verificou mais tarde, na segunda metade do século XIX, como adiante se verá.

Uma última palavra para a «cristianização» das antas promovida por Mendonça e Pina. Não restam dúvidas de que o texto do académico conheceu apreciável popularidade, fazendo escola. Contudo, a sua interpretação não substituiu inteiramente propostas anteriores, como se pode ver no *Elucidário* de Viterbo, onde *antas*, no plural, regista sentido distinto à da já comentada forma no singular: «*O mesmo que aras, sobre que os primeiros cristãos queimavam as primicias ou sobre que os gentios faziam seus infandos sacrificios*» (Viterbo, [1798] 1962, p. 502). Altares, sem dúvida, mas provavelmente usados em diferentes contextos sacros.

3. PROSSEGUEM AS INDAGAÇÕES

Depois da Conferência de Mendonça e Pina, não tenho notícia de outros trabalhos especificamente dedicados às antas, mas diria que o facto de se ter publicado o seu texto constituiu um elemento importante para fazer doutrina em torno dos rudes altares. No espólio de Frei Manoel do Cenáculo Villas-Boas, conservado na Biblioteca Pública de Évora, há uma interessante carta/memória, da autoria de José Gaspar Simões, prior de S. Teotónio de Odemira, relativa a antas, de novo, da região da Beira Alta, que em outros lugares já comentei (Fabião, 1989: 21-23; 2011: 77-79). Antes de olharmos para a dita carta, é interessante notar que sendo Severim de Faria e Gaspar Simões ambos homens do Alentejo, onde tão abundante é o fenómeno megalítico, tenha sido na Beira Alta que ambos encontraram as antas que prenderam a sua atenção.

Gaspar Simões escreve ao bispo relatando as suas indagações: «*Á imitação dos homens doutos, que para indagarem o conhecimento das couzas mais nobres da antiguidade, do qual por falta de historia não se podem instruir se vallem da tradição, e dos preciosos Monumentos que a mesma antiguidade deixou depozitados, como bello Mapa da mais pulchra historia, me animei, obrigado de preceito, a fazer, seguindo a mesma Tradição constante, e os Monumentos, que vi e examinei, húa breve*

narração de couzas tão antigas, que (se não me engano) tiverão a sua origem, e sagrado exercicio neste nobilissimo Reyno de Portugal no tempo da Santa Ley Escripta; pois todos os dittos Monumentos e tradição parece serem em tudo coherentes á Sagrada Escriptura.» (Carta; Fabião, 1989, p. 21-23). É interessante registar, antes do mais, que o prelado se anima a indagar *couzas da antiguidade* para as quais não dispõe de *Historia* (documentação), valendo-se, por um lado, da *tradição*, ou seja, dessas difusas narrativas que «pairariam no ar» pelas paragens onde decorreram as indagações; e os monumentos propriamente ditos, passíveis de serem observados e descritos. Trata-se pois de uma curiosa mescla de fontes de informação, onde a tradição conta, uma vez que «*vox populi, vox Dei*», e os megalitos também, na sua monumental materialidade. A razão de ser do seu estudo, prende-se com o facto de se tratar de *couzas tão antigas* que remontariam aos tempos *da Santa Ley Escripta*, portanto, perfeitamente no perímetro das suas preocupações teológico-pastorais, sendo igualmente reconfortante o reconhecimento de que tudo parece estar conforme à *Santa Ley Escripta*. A lição de Mendonça e Pina fazia escola.

Tal como em Pina, a doutrina bíblica esclarece e explica a existência dos rudes altares. Tinham uma função concreta, aferida pela tradição: «*He tradição constante nos Bispados de Lamego, Guarda e Viseu, que os Dizimos que antigamente se pagavão a Deos, se queimavão sobre Altares fabricados de pedras impolidas. Tambem me certificarão muitas pessoas que nas partes de N. S.^a da Lapa, que está 4 legoas ao poente da Villa de Trancoso, tinhão visto em alguns sitios muitos grãos de centeio denegridos: e que lhes dizião os naturaes daquelle País: Que aquelles grão queimados se conservavão assim do tempo em que os Dizimos se queimavam*» (Carta; Fabião, 1989, p. 21-23). Desconheço de onde viria a ideia de em tempos se queimarem os dízimos e o próprio autor só tem mesmo a *tradição constante*, como referência, sem invocar qualquer passo bíblico ou outra fonte em favor da interpretação funcional que expõe. Curiosa é também a convicção de que se poderiam conservar vestígios dessas remotas eras, *os grãos de centeio denegridos*, só explicável pelo facto de não serem assim tão remotos os tempos em que tais tradições se praticavam. José Leite de Vasconcelos, na sua obra *Tradições populares de Portugal*, refere uma curiosa prática, alegadamente verificada na zona de Pinhel, de se queimarem sobre a mesa de um dólmen as primícias dos frutos, determinando, pela orientação que o fumo tomava, a sorte de futuras colheitas (Vasconcelos, [1882] 1986, p. 74), uma espécie de oráculo rural, que ainda sobreviveria no século XIX. Não sabemos, porque o autor não esclarece, se constituiu observação directa ou notícia que lhe chegou por terceiros (*Tradições populares* é uma lista que se compõe de ambas). Não se exclui a possibilidade de ser esta a tradição que chegou ao conhecimento de Gaspar Simões e, em se tratando de prática corrente, ficaria explicada a notícia dos *grãos denegridos* que ainda se poderiam observar.

Depois das considerações genéricas, passa o prelado de Odemira à exposição concreta das suas mais aprofundadas indagações: «*Nos limites do Lugar de Ruivóz cerca da Villa do Sabugal vi no ano de 1756 os vestigios claros de cinco Altares, cuja formatura he em tudo semelhante (...) e chegando a hum destes que está em distante para a parte do Norte 300 passos pouco mais ou menos da hermita de S. Paulo Apostolo, vi que as pedras delle estavam levantadas do mesmo modo, que as do referido Altar das Antas do Bispado da Guarda; porem a pedra da meza do Altar estava só metade, e cahida para a parte de fora*» (Carta; Fabião, 1989, p. 21-23). Contudo, nada de grãos queimados ou de outras provas da suposta utilização dos altares, pelo que se impunham outras diligências clarificadoras: «*mandando cavar ao pé da entrada para o circulo que estava entre as duas pedras na parte do nascente em tres, ou quatro palmos de fundo se achou hum silice de comprimento de hum palmo e tres dedos, e de largo hum dedo pouca groçura, e meyo curvo na sua factura: e se acharão mais cinco pedras pardas, cuja qualidade não he muito dura: cada húa destas cinco pedras tinhão hum palmo de comprimento, e pouco mais de dous dedos na parte mais groça o seu feitio hera bem semelhante ao de húa junteira de carpinteiro, porque húa ponta hera larga tres dedos e meyo e esta estava tão*

polida por húa, e outra parte como húa junteira, de modo que se fosse ferro poderia sem duvida cortar; e a outra ponta hera pouco mais larga de dois dedos, pelo que nesta ponta hera a pedra quazi quadrada.» (Carta; Fabião, 1989, p. 21-23).

Em suma, o prior de S. Teotónio tentou através da escavação que mandou fazer obter informação sobre possíveis funcionalidades do altar e, na realidade, até encontrou elementos suficientes para um esclarecimento, uma vez que dali colheu uma faca de sílex e cinco artefactos de pedra polida, mas nada pôde entender, por lhe faltar o indispensável quadro conceptual. Não tinha a noção de que existiria uma «Idade da Pedra», um tempo em que a tecnologia lítica dominava, e menos ainda um conceito de Pré-História; de igual modo desconhecia que aquelas *pedras pardas* podiam mesmo cortar... Procedeu à escavação, descreveu e mediu o que encontrou mas de pouco lhe valeiram as diligências, por manifesta incapacidade de interpretar o observado.

Foi ao longo da primeira metade do século XIX que se começou a alterar a perspectiva geral sobre os megálitos e pode encontrar-se um bom exemplo desta nova atitude no apontamento deixado pelo reverendo Kinsey nas suas cartas de viagem a Portugal: «*About three leagues from Evora, near Arrayolos, there is a Cromlêh [sic] which has all the distinguishing marks of the Druidical altars known in our own country.*» (Kinsey, 1829, p. 501 e Estampa na p. 514). Registe-se, para começar, a utilização do termo *Cromlêh [sic]* para designar a anta (a figura incluída não deixa lugar a dúvidas do que se trata), a referência aos druidas, própria de alguém que vem do Reino Unido e, sobretudo, a menção de que se trata de monumento análogo aos existentes *in our own country*, varrendo, deste modo, a ideia transmitida por Mendonça e Pina de que as antas constituíam uma originalidade arquitectónica lusitana. Esta abertura de mundos e incremento da circulação derrubava barreiras e aumentava o conhecimento (Fig. 1). Mas, o mais interessante da abordagem de Kinsey é que, apesar de nomear o *altar druídico*, passa depois à refutação da atribuição, já que, nas suas palavras, estes monumentos se observavam também em lugares onde não havia druidas, como era o caso; e que tampouco seria um altar, porque a sua configuração e dimensão a tal uso não se prestaria. Conclui afirmando que se deveria tratar de um sepulcro, socorrendo-se da tese do seu compatriota Borlase (*Id.*, p. 502-504).

Deste modo, pelos viajantes estrangeiros, reforça-se o primitivo quadro interpretativo pagão para os *rudes altares dos antigos povoadores da Lusitânia*, ainda que sem vencer de modo categórico as dúvidas instaladas. A título de exemplo, refira-se que pelos meados do século o erudito espanhol D. José de Viu, em obra dedicada à Extremadura espanhola, onde não faltam referências ao distrito de Portalegre, escreveu: «*en la encomienda de Mayorga hay una porción de Sacelos ó Antas colocados á iguales distancias, sirviendo algunos de ellos para zahúrdas. Si resucitasen los piadosos españoles de aquellos tiempos y vieran tal sacrilegio, de segura querian morirse otra vez.* [Nota de rodapé:] «*En los fundamentos de una de estas [antas], acababan de hallarse saetas, cuchillos y otros utensilios de bien trabajado pedernal. Subirán las Antas á los tiempos primitivos? Esto es muy posible*», rematando por considerar que se trataria indubitavelmente de «*templetes, inclinándonos á que servían para los sacrificios y fiestas rústicas*» (Viu, 1852, p. 244-245).



FIG. 1. O *Cromlêh* de Arraiolos na obra de Kinsey, W. M. (1829) *Portugal Illustrated...*, Fig. da p. 514. BNP hg-18572-v_0615_514_t24-C-R0150.jpg

De todas as maneiras, foi categórico a relacionar as antas com a «*religiosidade antiga*» (*Ibid.*). A persistente atribuição a uso sacro constituiu elemento importante para boa parte dos debates que se seguiram e não deixa de ser curioso encontrar esta referência em obra de um autor que se preocupava mais com o passado romano e com as questões da Economia Política extremeña do seu tempo do que com remotos edifícios religiosos. Constitui, creio, um claro exemplo de como se vulgarizava a nova leitura dos monumentos pré-históricos e como os ditos continuavam a ser sinalizados como os mais antigos vestígios da actividade humana nas mais diversas regiões.

4. A CONSOLIDAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA

A grande transformação operada na cultura ocidental pela emergência de um novo paradigma evolucionista e laico que substituiu definitivamente o paradigma criacionista cristão e consolidou o conceito de Pré-História (Daniel, 1964; Trigger, 1989, p. 73 e ss.) teve naturais reflexos na interpretação do fenómeno megalítico, ainda que de um modo algo mitigado, pela persistência das ideias associadas a celtas e druidas.

Em Portugal o estudo de Pereira da Costa, de 1868, *Noções sobre o estado prehistorico da Terra e do Homem, seguidas da descrição de alguns dolmins ou antas de Portugal* (Costa, 1868), constituiu a monografia fundadora da nova perspectiva sobre o megalitismo. O próprio título é esclarecedor da integração no novo paradigma científico, uma vez que começa pela síntese dos conhecimentos sobre a «pré-história» do nosso planeta e do homem, para só depois se ocupar dos *dolmins*; a forma de denominar os monumentos, tomada por Pereira da Costa da tradução portuguesa dos poemas de Chateaubriand feita por Filinto Elísio (Costa, 1868, p. 43): «*os Dolmins, conhecidos em Portugal pelo nome de Antas*» (*Id.*, p. VI) – como é sabido, a proposta de aportuguesamento do termo não vingou –, constituiu uma tentativa de enquadrar o estudo das antas portuguesas no processo de indagação do fenómeno dolménico que se desenvolvia à escala internacional. O desejo de acompanhar / integrar, por um lado, o movimento internacional, expresso na tentativa de responder ao apelo surgido na sessão do Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas de Paris, de 1867 (*Ibid.*), e, por outro, de consolidar e aprofundar conhecimentos sobre o tema era justificado porque «*a este respeito não havia ainda nenhum trabalho empreendido pela Comissão Geologica, sendo apenas estes monumentos conhecidos pelo pouco que a este respeito d’elles havia escripto Mendonça de Pina*» (*Ibid.*). São estas as principais razões apontadas para a produção do estudo monográfico que compõe a segunda parte da obra. A atenção foca-se nos monumentos da zona de Castelo de Vide, que Pereira da Costa estudou, no decurso de «*uma digressão, em que empreguei apenas treze dias, e fui ver e explorar as Antas, que ainda hoje se acham em melhor ou peor estado no concelho de Castello de Vide, na provincia do Alemtêjo*» (*Id.*, p. VI-VII), até então uma área que não tinha sido objecto da atenção por quem anteriormente se dedicara ao assunto (Fig. 2). É significativo que Mendonça e Pina continuasse a ser a obra de referência destes estudos.

Para Pereira da Costa, não restavam quaisquer dúvidas de que os *dolmins* de que se ocupava constituíam sepulturas, acompanhando assim as interpretações que se consolidavam pela Europa (*Id.*, p. 46). Ensaia um primeiro esboço de tipologia dos monumentos que prevaleceu longamente nos estudos posteriores: «*Os Dolmins diferem em serem uns d’elles construídos sobre o solo natural, e outros sobre um montículo artificial (tumulus) (...) os primeiros se designam em portuguez pelo nome de Antas, e os segundos se chamam Mamunhas, Mamúas ou Mamôas. Quando o Dolmin é enterrado até á mesa, como veremos na descrição das Mamunhas de Carrazedo e de Mamaltar, estes Dolmins estabelecem a transição dos Dolmins descobertos para os que são inteiramente cobertos*» (*Id.*, p. 66). Apresenta o resultado, verdadeiramente decepcionante, das suas investigações de campo:

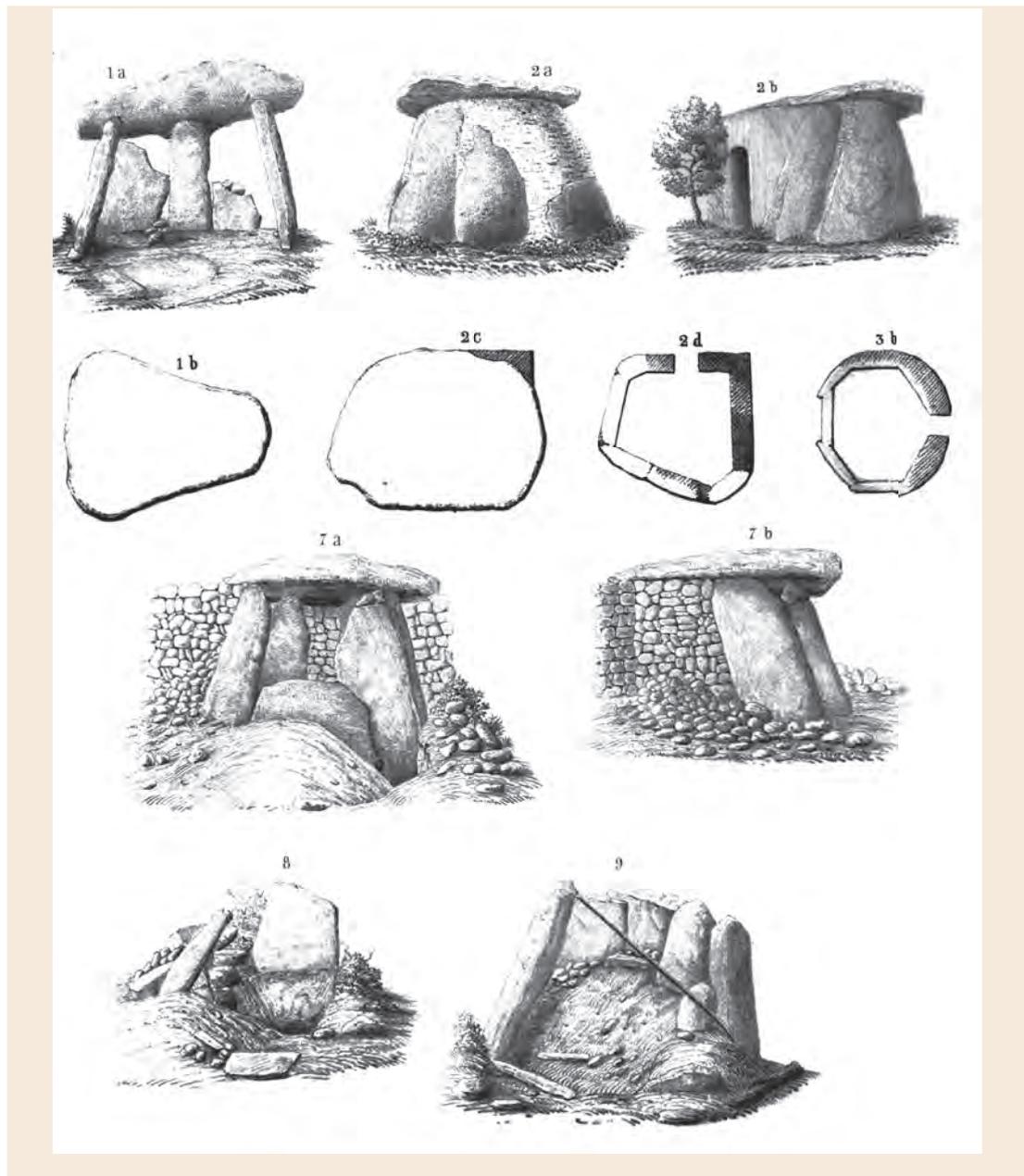


FIG. 2. Alguns dos Dolmins de Pereira da Costa (1868).

14 antas descritas, escavações realizadas em várias delas, tendo obtido somente alguns artefactos de pedra polida, que descreve e ilustra.

Ensaia de seguida uma lista / inventário dos *dolmins* conhecidos no território português, de evidente fraca expressão, composta, por um lado, dos monumentos já anteriormente mencionados por Mendonça e Pina, pelo Padre Simões e pelos viajantes estrangeiros e, por outro, pelas novas informações que lhe chegam, seja pela amabilidade de colegas e conhecidos, seja pelo registo realizado no âmbito das obras de geodesia nacional, então em curso. O cômputo geral ficou muito aquém das supostas 315 antas da perdida lista do Padre Afonso da Madre de Deus Guerreiro. Sabemos que os esforços de Pereira da Costa não se ficaram por aqui e que teria prosseguido as suas indagações, anunciando um segundo volume monográfico sobre o tema, como nos diz Augusto Simões:



Fig. 50



Fig. 51

DOLMEN DA LAIRINHA, NO ALENTEJO.

FIG. 3. Anta da Lairinha (Pereira, 1875)

assumidamente reconhecidos como realidade de ampla extensão geográfica. A estes temas e questões, respondeu Gabriel Pereira com um ensaio, centrado no fenómeno megalítico alentejano (Pereira, 1875) (Fig. 3), onde não falta a devida vénia ao: «ótimo trabalho do sr. dr. Pereira da Costa, estudo completo que deve ser considerado em Portugal como os de Sven-Nilsson na península escandinava ou o de Lyell em Inglaterra» (*Id.*, p. 7). Tratando de modo sistemático os «problemas» enunciados por Simões, defende basicamente a existência de uma clara distinção entre antas e mamoas (*tumuli*), na esteira de Pereira da Costa, atribuindo maior antiguidade às primeiras (*Id.*, p. 6-7), discute extensamente o tema da disseminação do fenómeno megalítico e do povo que edificou tais monumentos, para concluir: «eram os iberos que enterravam os mortos nos dolmens. Da extensão geographica d'estas construcções obtemos nós o importante resultado histórico; que o povo ibero, antes das invasões célticas habitava alem da Hespanha e do sul da França até ao Rhodano, também a França septentrional, a Bretanha, a Allemanha do norte, a Dinamarca e a Saxonia» (*Id.*, p. 16-17).

Deste modo se começava a insinuar uma ideia que veio mais tarde a ganhar força de ser o megalitismo uma criação peninsular e, mais concretamente, do ocidente peninsular. Pode dizer-se que, embora se reconhecesse não ser exclusivo do espaço português, como pretendeu Pina, se passava à reivindicação de uma origem peninsular para o fenómeno.

Por esta mesma época, Possidónio da Silva dava à estampa as suas *Noções elementares de Archeologia*, onde o tema do megalitismo é, por assim dizer, «despachado» em poucas linhas –

«O sr. Pereira da Costa, depois de ter descripto trinta e nove [antas] na sua *Memoria*, impressa em 1868, chegou a colligir desenhos talvez de mais de cem que mandou litografar para uma segunda *Memoria*, a qual infelizmente não chegou a entrar no prelo» (Simões, 1878, p. 82), informação análoga foi transmitida por Émile Cartailhac na sua síntese sobre a Pré-história peninsular (Cartailhac, 1886, p. 152). Sabemos também que em 1880, o «*mapa de Portugal arqueológico-pré-histórico*» exposto no Museu da Comissão Geológica, registava 180 dólmenes ou antas, maioritariamente situadas no Alentejo (Martins, [1881] 1987: 216); uma vez mais, uma lista bem mais modesta do que a apresentada pelo académico da Real Academia da História Portuguesa, mas ainda assim mais rica que a publicada por Pereira da Costa.

A obra de Pereira da Costa passou a ser a nova referência, utilizada por Augusto Filipe Simões no seu ensaio de Introdução à Arqueologia da Península Ibérica, que se quedou pela parte primeira, dedicada às antiguidades pré-históricas, tratando do megalitismo em dois extensos capítulos (Simões, 1878, p. 75-109). Sem avançar propriamente com novidades sobre o tema, bastante misturado com outras realidades supostamente afins (megalíticas, no estrito sentido do termo), onde cabem as «pedras balouçantes» ou as arquitecturas ciclópicas, incluindo as muralhas de Tarragona, inicia a discussão sobre quem seriam os construtores destes monumentos, já

«Os tumulos ou sepulchros, compõem-se d'um recinto central formado de pedras de rocha [sic] de grande dimensão, no qual se entra geralmente por um corredor de igual construção, estando tudo encerrado em immenso montão de pedras e terra (...) muitas vezes foram encontrados os pedregulhos que formam a parte central sem a terra que os cobria e quasi completamente separados; então nesse caso chamavam-se Antas» (Silva, 1878, p. 4) - sem que se veja que o autor domine minimamente a problemática, ainda que não deixe de mencionar algum monumento português (Fig. 4). Não tem dúvidas porém quanto à sua função sepulcral – «Varios antiquarios tinham tomado os dolmens desguarnecidos dos tumulos por altares druidicos, porém ao presente esta ideia está quasi desprezada, por falta de provas positivas» (Id.; p. 5). Dir-se-ia que a sua obra, excessivamente dependente dos exemplos europeus, particularmente escandinavos (Worsaae) em pouca consideração tomou o contributo de Pereira da Costa.

Francisco Martins Sarmiento ocupou-se também, ainda que marginalmente, do tema megalítico no noroeste de Portugal. A sua indagação prendeu-se, em boa medida, com a necessidade de esclarecer o mistério que envolvia a identificação dos espaços sepulcrais dos povoados castrejos que eram o centro dos seus interesses. Procurando avaliar a questão, acabou por relacionar castros e monumentos megalíticos (Sarmiento, [1880; 1883-4] 1933, p. 63-67 e 163-172). A justificação para tal associação resulta de bem construídos argumentos arqueológicos, embora conduzindo a errada conclusão, como sabemos: a proximidade física entre antas, mamoaos, antelas e os castros tornava sugestiva a hipótese de uma relação: «creio firmemente que todo aquele que estudar a posição das mamoaos em relação aos castros não pode furtar-se à convicção de que as duas espécies de monumentos estão inteiramente ligados» (Sarmiento, [1883-4] 1933, p. 171). De entre os indícios valorizados, avultava aquilo a que hoje chamaríamos a dimensão simbólica e «artística»: «a exploração de diferentes mamoaos me fêz ver em algumas pedras, que compunham caixas tumulares, cobertas por elas, as mesmas cóvinhas, e nas lages proximas as mesmas gravuras, que já tinha observado nos castros» (Ibid.).

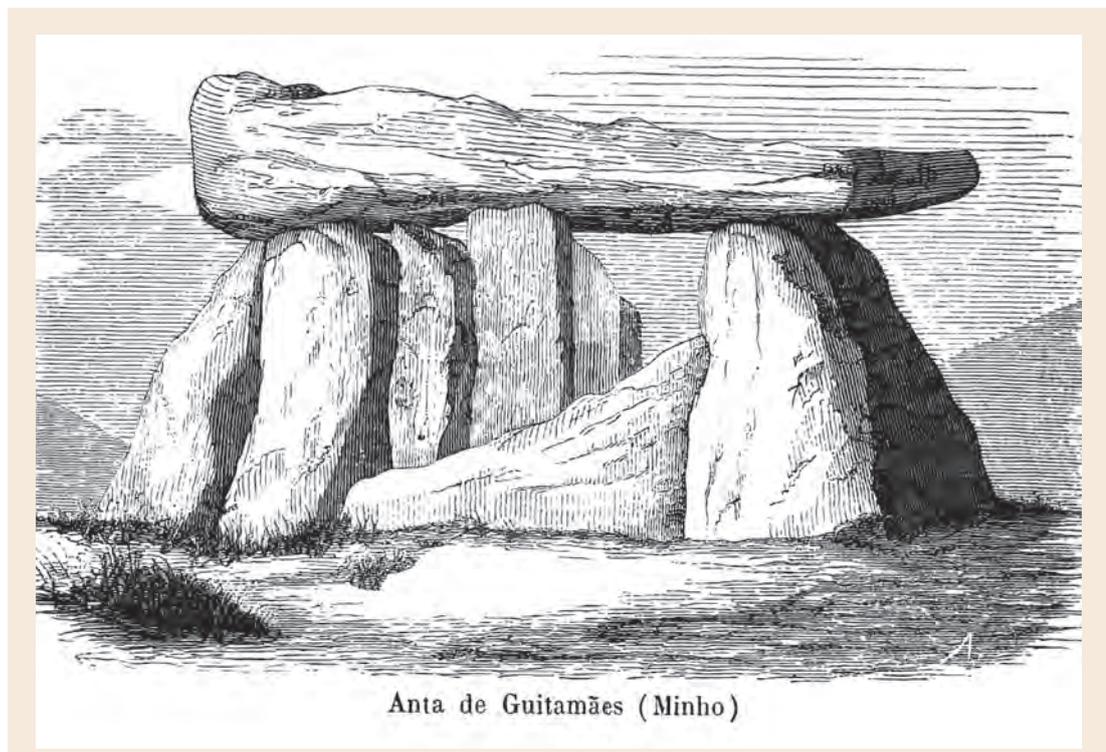


FIG. 4. Anta de Guimarães (Silva, 1878)

Por outro lado, a verificação da ocorrência de artefactos de pedra polida nos castros, designadamente em Sabroso, indicadores de uma origem pré-histórica dos mesmos, fornecia um argumento adicional de aparente consistência. Finalmente, a pontual identificação de materiais de época romana em mamoas e antas rematava o raciocínio (*Ibid.*), compondo o que se afigurava como sólida evidência empírica dessa relação. Naturalmente, Sarmento tinha consciência da maior antiguidade dos monumentos megalíticos, ainda que supusesse também que os castros que estudava, sobretudo Sabroso, remontavam a tempos pré-históricos, limitava-se a presumir que teriam permanecido em uso nas épocas subsequentes, o que facilmente aceitava, uma vez que a sua visão do mundo lusitano assentava na premissa de existir um extremo conservadorismo cultural: «*As diferentes revoluções, por que passou a Lusitânia, não alteraram em nada o carácter das suas populações*» (Sarmento [1880], 1933, p. 59).

Creio que se não deve julgar com excessiva severidade a tese de Sarmento, em primeiro lugar, por se basear em sólida argumentação empírica, depois, por não andar longe de notórias tendências de época, que ligavam as antas ao mundo céltico e druídico em outras paragens da Europa, cristalizando, em tempos bem mais recentes, nas aventuras de Astérix o gaulês, onde encontramos um Obélix produtor de menires e muitas e variadas pranchas desenhadas que apresentam a paisagem gaulesa de época cesariana pontuada por dólmenes, em clara demonstração da persistência, em meio não especializado, de muitas ideias e noções já plenamente refutadas no mundo científico.

Não interessa no âmbito desta abordagem prosseguir com a análise dos relevantes estudos desenvolvidos pelos pioneiros da arqueologia portuguesa, Carlos Ribeiro, Estácio da Veiga ou, mais tarde, Santos Rocha, sem esquecer o contributo de observadores exteriores como Émile Cartailhac, importa sim considerar uma curiosa deriva que se foi desenhando nos finais do século XIX, sobretudo nos meios francófonos, relacionada com a refutação da dimensão religiosa das sociedades pré-históricas. De certo modo, pode considerar-se que esta deriva, estribada no novo paradigma laico evolucionista, reagia fortemente a tudo o que pudesse parecer reminiscência das antigas leituras bíblicas.

Vale a pena atentar no que se passou durante a IX sessão do Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas, realizado em Lisboa, em 1880.

Na abertura do evento, o ministro Andrade Corvo, Presidente do Congresso, em discurso evocativo do novo paradigma evolucionista, não deixa de referir, como tema relevante a considerar pela investigação: «*Les sentiments religieux, dans sa plus large acception, existait-il dans le monde préhistorique? A quel âge et sous quelle forme s'est-il montré primitivement? Quelles sont les monuments – tombeaux, amulettes ou autres – qui peuvent mieux guider la science dans des recherches si difficiles et si importantes? Voilà un sujet qui, j'ose le dire, mérite bien d'occuper l'étude des savants.*» (Delgado, 1884, p. 9-10). Refere-se então ao *animismo*, a forma de religiosidade que, por via etnográfica, se convocava para estudar a análogo fenómeno da Pré-história. Podemos entender como o tema da antropologia e arqueologia pré-históricas era socialmente entendida, na crónica humorística de Bordalo Pinheiro publicada no jornal «*O Antonio Maria*». Ali se escreve: «*Entre os congressistas anthropologos figuram dois eclesiásticos. Como pôdem estes dois varões aliar no seu espirito os interesses da fé que professam com os da sciencia que cultivam? A investigação geológica e a tradição bíblica repelem-se ou destroem-se entre si. São estes clérigos, como o padre Bourgeois, dois verdadeiros sacerdotes da sciencia ou são dois falsos sábios de sachristia?*» (Gonçalves, 1980).

Recorde-se também (facto normalmente não assinalado) que foi justamente em Lisboa, no âmbito da nona sessão do Congresso, que pela primeira vez se apresentou a arte rupestre da gruta de Altamira e foi aqui que nasceu a polémica sobre a sua autenticidade, que se prolongou até aos inícios do século XX. A reunião de Lisboa decorreu poucos meses depois da filha de Santuola ter visto «*los toros*» no tecto da gruta cantábrica e M. Vilanova, o único espanhol presente, trouxe a notícia

e os primeiros esboços das pinturas, que apresentou publicamente, enfrentando a desconfiança, veemente negação e manifesta hostilidade dos arqueólogos franceses, com Carthailac, que Bordalo Pinheiro descreveu como «*a arqueologia na forma de pé de vento*» (*Id.*), a abandonar ostensivamente a sala. Para a história, ficou somente a lacónica notícia do *Compte Rendu* de que, na jornada do dia 27 de Setembro «*M. Vilanova invite les membres du Congrès à visiter avec lui les cavernes de Santillana, près de Santander, dont les parois et le plafond offrent des gravures colorisées où ont reconnaît l'aurochs. Cette découverte est due à M. Marcelino de Santuola.*» (Delgado, 1884, p. 47).

Como adiante se comentará, o controvertido tema da religiosidade pré-histórica haveria também de condicionar as interpretações dos monumentos megalíticos.

As antas não foram particularmente consideradas na sessão do Congresso de Lisboa. Pereira da Costa não compareceu, certamente pelas divergências que mantinha com os restantes membros da Comissão Geológica e Carlos Ribeiro, já debilitado pela doença, preferiu centrar a sua atenção no tema do Homem Terciário, que fora afinal a razão da realização em Lisboa da IX sessão do Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas. Somente no discurso inaugural se referiu breve e sinteticamente ao tema: «*Les dolmens et autres monuments congénères, si nombreux en Portugal, paraissent avoir appartenu à différents peuples ou races, qui coexistèrent ou qui se sont succédés à l'époque de la pierre polie. On compte un grand nombre de dolmens, les uns couverts et sans galeries, d'autres découverts et avec ou sans galeries, principalement dans les provinces de Beira, Extremadura et Alemtejo. Parmi ceux que nous avons explorés nul n'offre l'indice de l'usage des métaux; et cependant il est très possible que quelques-uns de ces monuments aient servi de sépulture pendant l'âge de la pierre polie et postérieurement durant l'époque du bronze et celle du fer.*» (*Id.* p. 17). Em suma, apresentando uma perspectiva não muito distinta da de Pereira da Costa, na tipologia dos monumentos, ou de Martins Sarmiento, na longevidade do uso dos mesmos. Registe-se o cuidado no sublinhar a possibilidade de *quelques-uns de ces monuments aient servi de sépulture pendant l'âge de la pierre polie et postérieurement*. De facto, o carácter exclusivamente funerário dos monumentos não se considerava de todo adquirido, por natural escrúpulo positivista, uma vez que nem sempre se registava a presença de vestígios antropológicos no interior das câmaras das antas escavadas, ou seja, nem sempre os dados positivos permitiam tal conclusão.

Nos restantes trabalhos do Congresso, o tema do megalitismo acabou por ser tratado somente por José Caldas, na comunicação dedicada à *Archéologie préhistorique dans la province de Minho* (*Id.* p. 333-351), onde se limita a enumerar uns quantos monumentos que descreve, mas sem avançar ideias ou propostas sobre cronologias ou funções.

Em Portugal, foi sobretudo Leite de Vasconcelos quem frontalmente assumiu o combate à atitude francesa de negação da religiosidade pré-histórica. O fundador do Museu Ethnographico Português, na sua *Religiões da Lusitânia*, onde explicitamente afirmava que, na sua óptica, «*as religiões não passam de fenómenos sociológicos: e como taes as trato*» (Vasconcelos, 1897: xxxiii), contesta frontalmente as perspectivas de Mortillet, que refutava a existência de uma religiosidade pré-histórica (*Id.*, p. 81 e ss.), para concluir: «*a faculdade religiosa não constitue apanágio do homem primitivo, - é de todas as civilizações e epochas; mas nelle tinha grande intensidade*» (*Id.*: 97). No que concerne ao culto dos mortos e ao fenómeno megalítico, Vasconcelos produziu uma excelente síntese, onde não deixou de discutir extensamente a função funerária dos monumentos, contra as propostas alternativas, ainda de algum modo vigentes, de se tratar de altares ou habitações; e a sua cronologia de uso, contra as propostas de grande longevidade na utilização sepulcral destas estruturas, com bem gizados argumentos arqueológicos, basicamente, defendendo que nem tudo o que se encontra no interior de uma anta é testemunho do seu uso funerário. O estudo de Vasconcelos, de ampla síntese, recorre aos dados proporcionados pelas investigações realizadas pelos seus contemporâneos e, sobretudo, aos seus próprios estudos (*Id.*, p. 248 e ss.). Mas não prosseguiu com

investigações neste domínio, por estar o seu interesse pelo megalitismo circunscrito à recolha de dados para o primeiro volume de *Religiões da Lusitânia*.

O estudo do megalitismo de José Leite de Vasconcelos passou a constituir a referência fundamental para o tema, substituindo o trabalho de Pereira da Costa e remetendo muito justamente para um plano secundário os trabalhos menores de Augusto Simões e Gabriel Pereira.

5. O «PORTUGAL MEGALÍTICO»

Entre os finais do século XIX e os inícios da centúria seguinte, assistiu-se a uma sequência de eventos de apreciável impacto na relação entre populações, estudiosos e monumentos megalíticos.

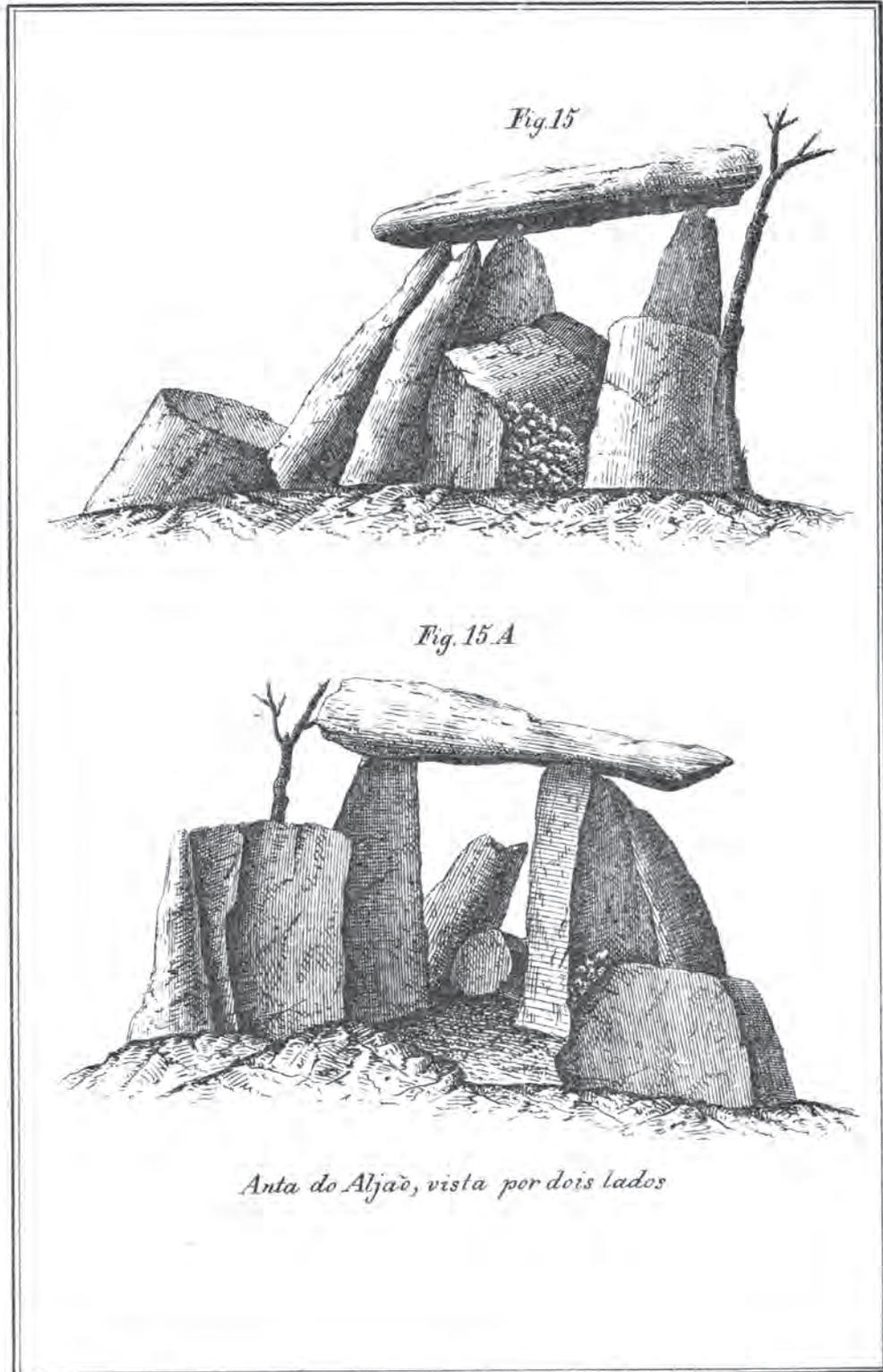
Por um lado, depois dos estudos da segunda metade de oitocentos, consolidou-se a ideia da grande abundância de sepulcros megalíticos, um pouco por todo o país, com especial incidência no Alentejo, remetendo assim para um plano secundário o megalitismo da Beira Alta, que ganhara especial protagonismo nos primórdios das observações, com Severim de Faria, Mendonça e Pina e Gaspar Simões, e que vira finalmente a sua moderna abordagem, incluindo registo gráfico, no Relatório que Sarmento publicou da *Expedição Científica á Serra da Estrela*, promovida pela Sociedade de Geografia de Lisboa (Sarmento, 1883) – diga-se, um dos poucos que acabou por ser publicado na sequência da ambiciosa expedição (Fig. 5).

Por outro, assistiu-se neste período a um notório abrandamento da actividade arqueológica, com forte expressão na atenção concedida aos monumentos megalíticos, que somente algumas iniciativas pontualmente localizadas contrariaram, como as dos Padres Brenha e Rodrigues, em Carrazedo do Alvão, Vila Pouca de Aguiar, ou de Tavares Proença Júnior, na zona de Castelo Branco. Os primeiros relacionados com a fantástica tese da criação ocidental do alfabeto, em época neolítica, ideia que Mendes Correia abraçou com entusiasmo (!), constituindo todo um «dossier» que ainda aguarda estudo, sobretudo para tentar entender como e quem forjou as placas com escrita alfabética e gravuras de faunas arcaicas; o segundo, correspondendo, a nível nacional, às iniciativas da então nascente *Société Préhistorique Française*, que lançava um grande programa de inventário geral do fenómeno megalítico, que o jovem investigador acompanhou, mas que não teve continuidade por Proença Júnior ter abandonado o país, depois da implantação da República – detalhado tratamento do tema no Catálogo da Exposição *Arqueologia: colecções de Francisco Tavares Proença Júnior* (Ferreira, 2004). Em qualquer dos casos, trabalhos que, se conheceram alguma notoriedade, não tiveram continuidade.

Finalmente, em reacção aos problemas decorrentes da desamortização dos bens da Igreja, foi ganhando corpo a ideia da necessidade de constituir uma lista de Monumentos Nacionais, que deveriam ser identificados, protegidos e conservados pelo Estado. Sucessivas comissões trabalharam na elaboração da lista, tarefa atribuída à *Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*, a partir de 1880. Nesse mesmo ano, em Assembleia Geral, a agremiação aprovou uma primeira lista definitiva a apresentar ao governo. De entre os imóveis merecedores de classificação, figuravam na *Sexta Classe (Monumentos Prehistoricos)* 39 antas e mamunhas, basicamente aquelas que tinham até então sido objecto de alguma atenção por eruditos e investigadores (Conselho, 1904, p. 20-22). Uma lista bem modesta, sobretudo se comparada com outras anteriormente estabelecidas. Registe-se, contudo, que se tratava de atribuir dignidade de Monumento Nacional a estes sepulcros e que a dita *Classe*, dos *Monumentos Prehistoricos*, se esgotava justamente nos megálitos, não reconhecendo outras categorias, o que não deixa de conferir, pela primeira vez, uma especial dignidade a estas construções.

As primeiras décadas do século XX foram época de sério refluxo nos progressos da investigação arqueológica portuguesa em geral, ao qual não escapou o fenómeno megalítico (Fabião, 1999).

Est. VII



*Sociedade de Geographia de Lisboa
Expedição a Serra da Estrella*

Lith. da Imprensa Nacional

FIG. 5. Anta de Aljão (Sarmiento, 1883)

Na realidade, o segundo director do que era então o Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos (designação que tinha aquele que é hoje o Museu Nacional de Arqueologia), Manuel Heleno, empenhava-se em numerosas escavações de sepulcros megalíticos no Alentejo, mas a ausência de publicação conservava em quase anonimato o tema ou, pior ainda, remetia-o para discursos genéricos de pendor nacionalista, ao nível do que chamaríamos hoje «*sound bites*», até por serem transmitidos na comunicação social e não propriamente em publicações científicas. A título de exemplo, refira-se a entrevista dada ao jornal «Diário de Notícias», com chamada à primeira página, onde se afirmava que «*A nacionalidade portuguesa como agregado humano, possuidor de uma unidade moral, está definida desde os tempos da pedra polida*», como as suas investigações alegadamente demonstravam (Heleno, 1932; Fabião, 1999, p. 120-125).

No tocante às sínteses, o panorama não era melhor. Por estes anos, foi dada à estampa a *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, que durante muitas décadas constituiu a principal obra de referência da historiografia portuguesa (Peres, 1928). No primeiro volume, Mendes Correia ocupou-se da pré e proto-história do espaço hoje português, em Capítulo que leva o expressivo título de *A Lusitânia Pré-romana*, um verdadeiro manifesto político, que em si diz muito sobre o profundo cariz nacionalista das ideias expendidas, fazendo remontar a identidade nacional à Pré-História. No tocante ao conteúdo que mais interessa a estas páginas, o mínimo que se poderá dizer é que o megalitismo não constituía tema que o Autor dominasse particularmente. A tese expandida refere-se à existência de um suposto Império Megalítico, que se constituíra e expandira a partir do ocidente da Península Ibérica: «*De facto, parece que não há um «povo ou raça dos dólmenes» como se supôs, mas a cultura dolménica marca uma fase larga e nítida da pré-história, e, conquanto essa cultura tenha tido ampla difusão no tempo e no espaço, influenciando decerto povos diversos, ela apresenta entretanto certas relações mútuas em pontos muito afastado e parece hoje a muitos ter tido no território português um centro importante de origem, desenvolvimento e dispersão*» (Correia, 1928, p. 120). Mais adiante, volta a sublinhar o tema: «*Como dissemos, há quem atribua uma origem portuguesa à cultura megalítica da Europa Ocidental (Id., p. 124), ou seja, apresenta a sua tese, não como ideia própria, mas como proposta de outros, não nomeados, que se limita a corroborar, aludindo talvez a ideias expostas, sem grande êxito, diga-se, por Hugo Obermaier. Correia volta a reforçar a sua ideia, de forte cunho nacionalista, escrevendo: «as nações poderosas e expansivas dos edificadores dos dolmens, os criadores inspirados e sentimentais de mitos e religiões, os inventores de escritas maravilhosas [uma alusão às pedras de Carragedo de Alvão, cuja autenticidades defendera nesse mesmo ano em publicação internacional]» (id., p. 172), em suma, uma lista de feitos gloriosos identificados desde o mais remoto passado. Registe-se, que apesar da rivalidade pessoal, Manuel Heleno alinhava pelo mesmo tom. Na já mencionada entrevista concedida ao diário lisboeta, defendeu que o vigor expansionista do megalitismo peninsular desempenhara um papel análogo ao dos reinos hispânicos na descoberta e conquista de novos mundos, em época moderna (Heleno, 1932; Fabião, 1999, p. 121-122).*

Para lá da ideia imperial, a contribuição de Mendes Correia insistia particularmente na dimensão religiosa do megalitismo. Para lá da referência sintética já apontada, pode acrescentar-se este passo: «*junto dos cadáveres depositos nas sepulturas dessa ordem, foram, pela devoção das gentes da época, colocados, por vezes em farta profusão, objectos de variadas naturezas e significados, que atestam não só os sentimentos piedosos dessas gentes remotas, mas também um certo número dos seus usos e costumes*» (Correia, 1928, p. 125). Note-se, que quando ainda mal arrefecera a polémica sobre a religiosidade pré-histórica, o discurso do conservadorismo nacional enchia-se de *devoção, piedade, sentimentalismo e religião*, no tocante aos obreiros do «Império Megalítico», em obra generalista e, por isso mesmo, de ampla difusão. Creio ser este o contexto que explica o «episódio marginal» de que seguidamente me ocupo.

6. O MEGALITISMO AQUILINIANO

A obra ensaística de Aquilino Ribeiro foi já valorizada na sua dimensão etnográfica (Sobral, 2002), não tanto nos seus textos onde trata de temática arqueológica. Justamente o megalitismo constituiu objecto da atenção do grande escritor nos três primeiros capítulos do seu *Arcas Encoiradas*, sugestivamente subtulado: *estudos, opiniões, fantasias* (Ribeiro, [1953] 2012). Na realidade os ditos capítulos albergam um delicioso ensaio sobre a condição humana, na remota antiguidade ou nos tempos contemporâneos, empenhando-se em centrar a atenção no fenómeno megalítico das suas «*terras do demo*», refutando, de uma penada, em primeiro lugar, a função sepulcral e, seguidamente, por consequência, a dimensão religiosa. Insistia também no cariz regional, reagindo contra as grandiosas teses do Império Megalítico. Naturalmente, o estudo de Aquilino deve ser devidamente contextualizado nestes tempos de profundo refluxo da actividade arqueológica em Portugal, quando as mais sólidas referências ao megalitismo eram ainda as de Vasconcelos e seus contemporâneos.

O ponto de partida é o do efectivo desconhecimento que rodearia o fenómeno megalítico: «*Estes dólmenes, em despeito da sua bruta simplicidade, de estarem patentes aos olhos do erudito e do néscio, constituem problema por ora irresoluto*» (*Id.*, p. 41) e Aquilino demonstra no seu ensaio que leu literalmente tudo o que havia para ler sobre o tema. Naturalmente, desde a sua perspectiva beirã, rejeita o termo anta, que erradamente considera uma criação dos arqueólogos, para usar o termo local: *orca* – «*a orca, a nosso ver o centro da povoação neolítica*» (*Id.*, p. 11). Mas, voltando à sua tese, e prestando tributo à saborosa prosa, escreveu: «*Os arqueólogos têm-se farto de dar voltas ao juízo, discutindo, joeirando inferências, argumentado calorosamente uns com os outros, que não há nada para induzir mais ao exaltamento que estas ciências mansíssimas, e pois que não era bonito estar em branco, não ter uma resposta quando pertence ao escopo da própria especulação explicar a origem das coisas, assentaram em sua grande maioria que se tratava de construções sepulcrais.*» (*Id.*, p. 22). Admitindo, embora, função funerária para certos monumentos, recusa-a para as *orcas* das serranias da Beira Alta e Trás-os-Montes: «*As explorações de Carlos Ribeiro e de Estácio da Veiga conduziram de facto à descoberta de verdadeiras necrópoles – de estilo dolménico, como não? Se toda a arquitectura da época revestia esse carácter e alçado de ordem geral, mas a orca ficava lá longe, mais primitiva, com outra rude grandeza, destinada a outro fim. Que no início da idade dos metais, inúteis e desamparadas, fossem uma ou outra aproveitadas para sepulcros pelo homem que morava já na casa cilíndrica da citânia, é aceitável.*» (p. 26). Ou seja, rejeita uma visão unitária do fenómeno megalítico, invocando a singularidade da região que mais directamente lhe interessa, e aceita a proposta de Sarmiento, mas entendida somente como mero reaproveitamento de construções primitivamente edificadas com outra finalidade e, em favor do seu ponto de vista, alinha o argumento positivista da ausência de provas empíricas de usos fúnebres: «*a metrópole dolménica de Vila Pouca de Aguiar (...) Naquela tortulheira das orcas – duzentas numa área de dez quilómetros – há de tudo, menos esqueletos ou suas fracções*» (*Id.*, p. 26). Por mais de uma vez insiste em usar o termo *metrópole*, para o que a investigação hoje chama «necrópoles megalíticas», o que estava em perfeita consonância com a sua interpretação funcional dos monumentos. Em boa perspectiva positivista questiona a interpretação fúnebre, na ausência de restos antropológicos.

Qual seria então a finalidade das *orcas*? Para Aquilino, a resposta afigura-se clara: «*O homem quaternário, na nossa humilde opinião, acoitava-se nas orcas (...) acoitava-se em cabanas de ramos, nos refegos dos planaltos, em torno duma orca, duas orcas, onde ardia o fogo perpétuo, o fogo comunal, primeira indústria socializada do mundo. A primeira orca não podia deixar de ser isto: o estabelecimento público, larário da colmeia paleolítica, espalhada entre penedos, à sombra de grandes árvores, em choupanas construídas de ramos e torrões*» (*Id.*, p. 40).

Mas, para além da interpretação arrojada, o Autor expõe com clareza as bases da sua negação da função fúnebre das *orcas* das «terras do demo» e essa era, no essencial, a recusa de aceitar a dimensão religiosa associada ao culto dos mortos, um claro eco (e continuidade) da perspectiva da Arqueologia francesa dos fins de oitocentos: «*Teria realmente o homem primitivo o culto dos mortos? (...) Vai-se raciocinar a respeito do homem primitivo com os silogismos do homem criado à semelhança de Deus, o que é analiticamente absurdo*» (Id., p. 31); e insiste: «*Segundo as almas cândidas que pretendem enfeixar as duzentas orcas na serra do Alvão sob a etiqueta de necrópole, o pobre selvagem daqueles andurriais não teria outro pensamento na cachimónia que não fosse o da morte*» (Id., p. 37). Recorrendo aos conhecimentos que durante a primeira metade do século xx se consolidavam sobre o Antigo Egipto, usa a analogia, com admirável humor: «*O culto dos mortos com o pensamento na ressurreição (...) quadrava a essa nação de vida risonha e planturosa [o Antigo Egipto]. Mas o desgraçado íncola dos cabeços do Alvão, de Cota, do Barroso, fraga e mais fraga, vento, neve e geada, se exceptuarmos o instinto de viver, que estímulo o aferrava à vida? (...) E, mais ainda, porque havia de ter vontade de ressurgir?*» (Id., p. 37-38); «*Se me dissessem que na folha de Vila Pouca de Aguiar o trigo dava cem sementes, o rio era uma divindade tutelar e benfazeja como o Nilo, aceitava que os dólmenes que o Rev^o Brenha explorou fossem jazigos, feitos expressamente para albergar os restos venerados dos homens-bons da tribo e, com os restos, as suas almas desencarnadas. Mas se aquela serra é laja e sala de bailar dos ventos e o serrano em certas horas devia alimentar-se de gafanhotos, repugna-me conceber que os seus duzentos dólmenes fossem mais que duzentas lapas em que se acoitava vestido de peles, que uns vizinhos ajudavam aos outros a levantar (...) Mas não sendo assim, o culto da morte sobrepujava ao da vida, o que seria a negação da própria vida*» (Id., p. 40).

No fundo, vida agreste, mas feita de entreatajuda comunitária, uma ode à vida e aos costumes simples e fraternos dos serranos, em quem vislumbra as virtudes dos homens primitivos, por contraposição aos seus contemporâneos. Essa é a conclusão da abertura de *Arcas encoiradas*, que tem por contexto, deve sublinhar-se, o ambiente geral de Guerra Fria, na Europa, e o peso do regime autoritário do Estado Novo, que Aquilino activamente combateu: «*O homem pré-histórico valia portanto mais, incomparavelmente mais, sob o aspecto humano, que nós os civilizados, e não precisamos para justificar esse conceito mais do que olhar em roda, sem necessidade de recorrer à dialéctica, como seria a tese obscurantista de Rousseau, nem esperar que bata a última badalada para a hecatombe começar*» (Id., p. 56).

Para saborear com deleite a prosa aquiliniana e com gosto ler as suas páginas, não temos mais do que atentar no já evocado subtítulo da obra, *estudos, opiniões, fantasias*, e reconhecer como ali estão presentes estas três dimensões. Contudo, como sucede em todas as teses que se foram sucedendo ao longo do tempo sobre o fenómeno megalítico, também esta teve sequelas (ou fez escola, se preferirmos). Nas páginas da revista «Beira Alta», publicação cultural de Viseu, foram publicados, a título póstumo, os extensos apontamentos de J. A. Correia Campos, um militar que chegou a prestar colaboração aos trabalhos de Leite de Vasconcelos, coligidos justamente sobre o megalitismo das serras da Nave, Lapa e Cota, de novo as «terras do demo», expressivamente intitulados *Dólmenes: habitação ou necrópole?* Onde o autor resolutamente escolhe a primeira opção (Campos, 1982-1985). Uma vez mais, o exemplo do Antigo Egipto adquire especial protagonismo, como contraponto do megalitismo local. Compreensivelmente, as ideias expressas não receberam grande apoio nos meios arqueológicos.

EM JEITO DE CONCLUSÃO

A digressão atrás ensaiada pelas visões do megalitismo ocidental demonstram como se podem construir e rebater narrativas sobre estes monumentos, de forma coerente, a partir dos diferentes paradigmas em que se situam os investigadores. Uma primeira leitura dos rudes monumentos remete-os para um passado longínquo e pagão, associado a usos sacros, por se tratar de edificações em absoluta desconformidade com os cânones arquitectónicos identificáveis em outras épocas históricas. Como se acrescenta, sem substituir inteiramente a anterior interpretação, uma matriz judaico-cristã, em perfeita sintonia com o paradigma criacionista e o modelo de povoamento do mundo após o Dilúvio Universal; e como uma perspectiva conservadora identifica a persistência do culto ao «verdadeiro Deus», devidamente sustentada no texto bíblico, cruzada com a ideia de que uma condição periférica, afastada do cosmopolitismo, pode perpetuar tradições, tidas por virtuosas. Religiosidade, primitivismo, conservadorismo são, por assim dizer, as palavras-chave destas etapas, com ou sem associação bíblica. Reconheça-se que, à luz do paradigma vigente, o trabalho de Mendonça e Pina é bem construído e fundamentado.

Com a emergência de um novo paradigma evolucionista e laico, adquire-se a noção de Pré-História e a ideia da longínqua existência de uma Idade da Pedra, que permite situar devidamente os monumentos, sem que se anule, porém, a ideia dos altares pagãos, conservando as aquisições «etnoarqueológicas» que permitem entender como se podem construir tais edifícios somente com tecnologias arcaicas. Como permanece a ideia de um conservadorismo, de onde não está ausente a persistência da noção de periferia, para situar o fenómeno megalítico no quadro de uma longa duração, como pretendeu Sarmento. Identificada a origem neolítica das construções, prolonga-se o seu uso com análoga finalidade até à época romana, mantendo assim a noção de altar pagão, druídico e céltico. Pode ver-se também como, após a identificação de um carácter funerário, as «armadilhas» do positivismo não permitem dissipar dúvidas, uma vez que, em demasiados casos, a inexistência de «dados positivos» (ausência de restos antropológicos) inibe afirmações categóricas quanto à funcionalidade dos monumentos, para não trair o essencial do método: a sustentação das teses com base em «dados positivos», onde não cabem argumentos explicativos das ausências. A emergência do novo paradigma laico, justamente porque o é, lança uma persistente sombra de suspeição sobre a dimensão religiosa do fenómeno, associado ao culto dos mortos. Finalmente, de como uma perspectiva nacionalista, de exaltação pátria, inverte absolutamente a perspectiva e, de periférico, o megalitismo do ocidente peninsular se transforma em central, criador, irradiador e expansionista (ou difusionista); e de como essa perspectiva se forja ainda em contexto cultural republicano, nas primeiras décadas do século xx, para ser apropriada e acarinhada pelos arqueólogos do Estado Novo, recuperando e enfatizando a dimensão sacra de há muito estabelecida. Em poucas décadas, operou-se a inversão: de fenómeno conservador, defendido pela distância, passa-se a afirmação pujante e expansionista que coloniza o mundo. Em Sarmento, é a identidade castiça que prevalece, com Mendes Correia é o Portugal derramado pelo mundo, conquistador e imperialista, que se afirma.

Através desta abordagem, de longa duração, percebe-se também como os processos de construção da informação se integram em grandes linhas de emergência ou refluxo de paradigmas dominantes, mas sem anular totalmente os anteriores. Mais do que «revoluções científicas», que também as houve, bem entendido, as visões do megalitismo ocidental resultam mais de um longo processo de sedimentação de distintas narrativas que se entretecem com fragmentos de teses anteriormente estabelecidas, combinando-os com novas ideias. Por outro lado, persistem e podem aflorar, com maior ou menor sucesso, leituras de há muito abandonadas, sempre, naturalmente, ao sabor de paradigmas que se constroem e cristalizam independentemente dos dados empíricos convocados para a sua suposta confirmação.

POST SCRIPTUM

Nos finais da década de 70 do século passado, o pai de um amigo perguntou ao jovem estudante universitário que eu então era: «*Mas é mesmo certo serem as antas construções funerárias?*», exibindo um volume de Aquilino Ribeiro com o estranho título de *Arcas encoiradas*. Respondi como soube, com alguma sobrançeria auto-suficiente, própria dos meus verdes anos, com este tremendo argumento: «*Mas Aquilino Ribeiro não era um Arqueólogo!*»

No âmbito de uma «antologia» de temas arqueológicos na literatura portuguesa, que venho colecionando, regressei há alguns anos às *Arcas* aquilianas, com redobrado gosto por aquela sublime prosa e pelos textos em si, entendendo, pela primeira vez creio, que o megalitismo ali era somente pretexto.

Na hora de escolher um tema para incluir no volume de homenagem a Victor S. Gonçalves, pareceu-me óbvio que teria de tratar de um tema de História da Arqueologia, plenamente justificado por se tratar de assuntos por ele igualmente tratados, desde o longínquo ano de 1978 (Gonçalves, 1978), e que deveria versar o megalitismo, um dos seus temas preferenciais de investigação.

Mas, por ser Victor S. Gonçalves um dos autores que melhor cuidou a prosa, ao longo da sua extensa obra científica, pareceu-me igualmente óbvio convocar Aquilino Ribeiro para a empresa. Oxalá tenha conseguido justificar esta talvez improvável associação.

REFERÊNCIAS

MANUSCRITO:

Carta do Padre Joseph Gaspar Simões, s/d. Ms B. P. Évora CXXVII / 2 – 3.

IMPRESSOS:

Almeida, L. F. (1965) – «Alguns documentos para a história da Arqueologia em Portugal». *Conimbriga*, 4, p. 103-108.

Azevedo, P. A. (1905) – «Notícia de antas, junto de Lisboa, no séc. XVII». *O Archeólogo Português*, 10, p. 161-165.

Bahn, P. (Ed.) (1996) – *The Cambridge Illustrated History of Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.

Campos, J. A. C. (1982-1985) – «Dólmenes: habitação ou necrópole?» *Beira Alta*, 61 (1), p. 167-188. As notas de Campos foram sucessivamente publicadas nos volumes seguintes até ao n.º 64, de 1985.

Cartailhac, E. (1886) – *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal: résultats d'une mission scientifique du Ministère de l'Instruction publique*. Paris: C. Reinwald.

Conselho dos Monumentos Nacionaes (1904) – *Subsidios para a Classificação dos Monumentos Nacionaes*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Correia, A. A. M. (1928) – «A Lusitânia Pré-romana». In: Peres, D. (dir.) *História de Portugal*, vol. I. Barcelos: Portucalense editora, p. 72-214.

Costa, F. A. P. (1868) – *Noções sobre o estado prehistorico da Terra e do Homem, seguidas da descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia.

Damasio, Fr. Manoel de S. Caetano (1793) – *Thebaida Portuguesa: compendio histórico da congregação dos monges pobres de Jesu Christo da Serra de Ossa chamada depois de S. Paulo I. Eremita, em Portugal*. vol. 1, Lisboa: Officina de Simão Thadeu Ferreira.

Daniel, G. (1964) – *The idea of Prehistory*. London: Penguin Books.

Delgado, J. F. N. (ed.) (1884) – *Congrès Internationale d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Compte rendu de la neuvième session à Lisbonne 1880*. Lisboa: Typographie de l'Académie Royale des Sciences.

Fabião, C. (1989) – «Para a história da arqueologia em Portugal». *Penélope: fazer e desfazer a História*. 2, p. 10-26.

Fabião, C. (1999) – «Um Século de Arqueologia em Portugal – I». *Al-madan*, II série, 8, p. 104-126.

Fabião (2011) – *Uma história da Arqueologia portuguesa, das origens à descoberta da Arte do Côa*. Lisboa: CTT.

Ferreira, A. M. (dir.) (2004) – *Arqueologia: coleções de Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: Museu de Francisco Tavares Proença Júnior.

- Gonçalves, V. S. (1978) – «A emergência da Pré-História como disciplina independente (1800-1847)», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, IV série, p. 335-364.
- Gonçalves, V. S. (1980) – *O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas* (Lisboa, 1980): uma leitura, seguida da «Crónica» de Bordalo Pinheiro. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- Guerreiro, Fr. Affonso da Madre de Deus (1734) – In: Sylva, Manoel Telles da (ed.) *Colleçam dos Documentos e Memórias da Academia Real da Historia Portugueza*. XIV, p. 5.
- Heleno, M. (1932) – «Entrevista», *Diário de Notícias*, 28 de Março.
- Kinsey, W. M. (1829) – *Portugal Illustrated in a series of letters*. London: A. J. Valpy. Biblioteca Nacional de Portugal: <http://purl.pt/17212/1/index.html#/1/html>
- Martins, O. ([1881] 1987) – *Elementos de Antropologia (História Natural do Homem)*. 8.ª edição, Lisboa: Guimarães Editores.
- Pereira, G. (1875) – *Dolmens ou antas dos arredores d'Evora: notas dirigidas ao Ex.º Sr. Dr. Augusto Filipe Simões*. Évora: Typographia de Francisco da Cunha Bravo.
- Peres, D. (dir.) (1928) *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense editora.
- Pina, Martinho de Mendonça e (1733) In: Sylva, Manoel Telles da (ed.) *Colleçam dos Documentos e Memórias da Academia Real da Historia Portugueza*. XIII, p.1-22.
- Ribeiro, A. ([1953] 2012) – *Arcas Encoiradas. Estudos, opiniões, fantasias*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Sampaio, A. ([1923]1979) – *Estudos Históricos e económicos: as vilas do norte de Portugal*. Lisboa: Ed. Veja.
- S. Paulo, Fr. Martinho de (1571) – *Carta*. In: Damasio, Fr. Manoel de S. Caetano (1793) *Thebaida Portugueza: compendio histórico da congregação dos monges pobres de Jesu Christo da Serra de Ossa chamada depois de S. Paulo I. Eremita, em Portugal*. vol. 1, Lisboa: Officina de Simão Thadeu Ferreira, p. 2-6.
- Sarmento, F. M. (1883) – *Expedição Científica á Serra da Estrella em 1881. Secção de Archeologia. Relatório*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Sarmento, F. M. (1933) – *Dispersos. Colectânea de artigos publicados, desde 1876 a 1899, sobre Arqueologia, Etnologia, Mitologia, Epigrafia e Arte Pré-Histórica*. Coimbra: Imprensa da Universidade – particularmente os artigos: «Observações acêrcas do vale do Âncora» [1880], p. 63-67; e «A propósito de castros» [1883-4], p. 163-172.
- Schnapp, A. (1993) – *La conquête du passé. Aux origines de l'archéologie*. Paris: Editions Carré.
- Serrão, J. V. (1974) – *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria 1604-1609-1625*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- Simões, A. F. (1878) – *Introdução á Archeologia da Peninsula Iberica. Parte primeira Antiguidades Prehistoricas*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- Silva, A. D. (1826) – *Collecção de legislação portuguesa (1802-1810)*. Lisboa: Typographia Maignrense.
- Silva, J. P. N. (1878) – *Noções elementares de Archeologia*. Lisboa: Lallemand Frères.
- Sobral, J. M. (2002) – «A etnografia de Aquilino Ribeiro», *Antropológicas*, 6, p. 7-41.
- Sylva, Manoel Telles da (ed.) (1734) – *Colleçam dos Documentos e Memórias da Academia Real da Historia Portugueza*. XVI, p. 5.
- Trigger, B. G. (1989) – *A history of archaeological thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vasconcelos, J. L. ([1882] 1986) – *Tradições populares de Portugal. 2.ª edição revista e aumentada com novos materiais do autor* (organização e apresentação de M. Viegas Guerreiro). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Vasconcelos, J. L. (1897) – *Religiões da Lusitania na parte que principalmente se refere a Portugal*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de (1962 [1798]) – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram...* (Edição Crítica de Mário Fiúza). Vol. 1. Porto: Livraria Civilização.
- Viu, D. José de (1852) – *Estremadura. Colección de sus Incripciones y Monumentos, seguida de Reflexiones Importantes sobre lo pasado, lo presente y el provenir de estas provincias*. Madrid: Imprenta de D. Pedro Montero.